

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 **Pregão Eletrônico** nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

EDITAL – UASG 926273

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná, por intermédio do Divisão de Licitação do **Campus de Marechal Cândido Rondon**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: 90430/2026 Compras.gov TIPO: Menor Preço com critério de julgamento de MAIOR DESCONTO por lote	Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: Até 08h59min do dia 12/05/2026 Início da sessão / disputa de lances: 09h00 min do dia 12/05/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
---	---

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a **Contratação de empresa visando o fornecimento de combustível para abastecimento da frota da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon.**

2 VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO:

2.1 O preço global estimado para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 260.020,00(duzentos e sessenta mil e vinte reais).**

2.2 Considerando a presente licitação ser do tipo menor preço com critério de julgamento maior desconto, não serão aceitas propostas com desconto global para o lote, menor de 4% (quatro) por cento.

2.3 Os Licitantes deverão obedecer ao critério de julgamento da proposta no sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Estadual, [https://www.gov.br.](https://www.gov.br), que será o maior desconto.

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotação orçamentária: 45.34.12.364.34.8128

Elemento da despesa: 3390.30.01

Fontes: 500/501/703/759

4. SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

4.1. O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações **compras.gov.br**. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o **<https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>**.

4.2. O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, <https://www.comprasparana.pr.gov.br> e <https://www.unioeste.br/portal/transparencia-unioeste>.

4.3. Os trabalhos serão conduzidos pela pregoeira Cleide Maria Marsaro Scherer e equipe de apoio, sendo designados pela Portaria n.º 1003/2024 servidores(as) do setor de licitação do **Campus de Marechal Cândido Rondon - Unioeste**.

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 **Pregão Eletrônico** nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

Email: rondon.licitacao@unioeste.br

Telefone: (45) 3284-7832/7835 ou 3284-7878

Endereço: Rua Pernambuco, 1777, CEP 85.960-128 – Centro – Marechal Cândido Rondon – Paraná.
O atendimento será feito no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no endereço eletrônico rondon.licitacoes@unioeste.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por campo específico, no sítio eletrônico <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 **Pregão Eletrônico** nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: Maior Desconto

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem abaixo do desconto mínimo estabelecido neste edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor máximo global do lote, fixado no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

2.1.1. Os valores que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de julgamento de maior **desconto**) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificados”.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MAIOR DESCONTO** por lote.

2.3. Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificadas.”

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas deverá ser no mínimo de 90 dias, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

Este Edital **não** é exclusivo para Micro e Pequenas Empresas, considerando o disposto no Inciso III da Lei Complementar nº 123/06, alterado pela Lei Complementar nº 147/14, porém, o mesmo contempla os benefícios de regularidade fiscal e o empate ficto para as empresas enquadradas nesta condição (Micro e Pequenas Empresas, dentre outras, que se enquadram nesta Lei).

6 AMOSTRA:

Não será exigida do arrematante amostra do(s) objeto(s) licitado(s), na forma do item 1.5 do Termo de Referência (Anexo I).

7 GARANTIA:

Não será exigida garantia da execução do contrato, na forma da cláusula 12 da Minuta de Contrato (Anexo VII).

8 CONSÓRCIO:

8.1 “Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio.

9. ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 **Pregão Eletrônico** nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta de Contrato (ou Anexo à Nota de Empenho);
- Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.
- Anexo IX – Declaração LGPD.

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do comprasGov, na página <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>,

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual, ComprasGov.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual, ComprasGov, conforme instruções que podem ser obtidas na páginas <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>, ou, ainda, por meio dos telefones: 0800.978.9001 – Portal de atendimento: <https://portaldeservicos.economia.gov.br>, suporte realizado de segunda à sexta-feira, das 07h às 20h. (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual, ComprasGov, implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresente os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 – REALIZAÇÃO DO PREGÃO, do presente Edital.

2.2.1 Recomenda-se também a prévia inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CFPR, por intermédio do portal de Compras do Governo do Estado do Paraná (www.comprasparana.pr.gov.br), nos termos do Decreto Estadual nº 9.762, de 2013.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário, total do item e percentual de desconto;

4.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

4.7 Ao formular a proposta, a empresa deverá observar ainda as seguintes condições:

4.7.1 O percentual de desconto deverá ser calculado sobre a Planilha de Levantamento de Preços divulgada pela Agência Nacional do Petróleo relativa à semana da realização do Pregão, ou, eventualmente não estando esta divulgada, será adotada a da semana imediatamente anterior;

4.7.2 No preço proposto já deverão estar incluídos todos os custos necessários para o fornecimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado;

4.7.3 - Conter uma única cotação, para pagamento à vista;

4.7.4 - Conter a especificação clara do combustível a ser fornecido, de modo que fique bem caracterizado, conforme Termo de Referência;

4.7.5 – Caberá à empresa licitante cotar todos os itens que compõem o Lote constante do Anexo III, sob pena de desclassificação, sendo que a empresa deverá apresentar um percentual mínimo de desconto de 1% (um por cento), para o Item 01, de 1% (um por cento), para o Item 02, e de 1% (um por cento), para o Item 03, de 1% (um por cento) para o item 4, perfazendo assim um desconto mínimo total de 4% (quatro por cento), para o LOTE 01.

4.8 - A presente licitação será julgada, POR LOTE, considerando-se vencedor o proponente que apresentar o Maior Desconto Global para o Lote licitado, sobre o preço médio do Levantamento de Preços, incluindo da Agência Nacional do Petróleo.

4.9 - Os percentuais de desconto serão fixos e irreajustáveis durante a vigência do contrato, incidindo sobre o valor médio constante da Planilha de Levantamento de Preços da Agência Nacional do Petróleo - ANP, para o município de Marechal Cândido Rondon – Paraná;

4.10 - A empresa vencedora ficará obrigada a oferecer o menor preço por litro de combustível, no caso de promoções, baixa de estoque ou outros eventos que fixem seus preços abaixo dos cobrados da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon;

4.11 - Os valores cobrados pelo posto contratado serão regularmente acompanhados pelo(a) fiscal(a) do contrato, por intermédio do site www.anp.gov.br, que se certificará se os preços cobrados estão de acordo com o valor de mercado divulgado pela ANP, deduzido o percentual de desconto decorrente do presente procedimento licitatório.

4.12 - Na proposta de preços e na emissão da Nota Fiscal, a empresa proponente deverá observar o Decreto Estadual nº 6.080, de 28 de setembro de 2012 – que instituiu o Regulamento do ICMS, o qual trata da “Isenção de ICMS”, em especial seu artigo 4º e o item 121 do anexo I do referido diploma legal. (O referido Ato Normativo tem sua origem no Convênio ICMS 26/03, alterado pelo Convênio ICMS 78/08 e Convênio ICMS 88/10, do qual o Estado do Paraná é signatário e estabelece tratamento diferenciado para as operações realizadas pela administração pública com empresas paranaenses).

4.13 – O proponente será responsável por quaisquer ônus decorrentes de registros e patentes ao objeto cotado, não cabendo em hipótese alguma, recusa por parte deste em relação à execução do objeto cotado, sob pena das sanções previstas em edital.

4.14 - O proponente participante na presente licitação deverá estar devidamente registrado e autorizado pelos órgãos fiscalizadores do setor a prestar o fornecimento o objeto desta licitação, devendo manter em seu poder os documentos comprobatórios, que poderão ser consultados a qualquer momento pela UNIOESTE, cabendo neste caso à empresa participante, a apresentação destes junto aos órgãos competentes.

4.11 INFORMAÇÕES TÉCNICAS COMPLEMENTARES

4.11.1 – A empresa vencedora da presente licitação, bem como seus representantes legais, será responsável pelo cumprimento da proposta apresentada, respondendo cível, criminal e administrativamente em caso de inexecução do respectivo Contrato, Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente.

4.11.2 - Somente serão pagos os fornecimentos efetivamente prestados pela empresa contratada mediante o objeto licitado.

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

4.11.3 - Para execução dos fornecimentos do presente edital, a empresa contratada exclusivamente deverá arcar com os seguintes itens, quando aplicáveis: 1 - Em relação aos seus funcionários: Adicional noturno, intrajornada, encargos sociais, vale transporte, vale refeição, acessórios, ferramentas e equipamentos. Também deverá observar os seguintes itens, quando aplicáveis: 1 - Em relação à empresa contratada e os respectivos encargos: Taxas de administração, lucros, tributos, ISS, FGTS, INSS, COFINS, PIS, CSLL e outros impostos inerentes.

4.11.4 - Todos os custos/despesas para execução dos fornecimentos, assim como quaisquer ônus dele decorrentes, serão de responsabilidade da empresa licitante. A empresa vencedora da presente licitação, bem como, seus representantes legais, serão responsáveis pelo cumprimento da proposta apresentada, respondendo cível, criminal e administrativamente em caso de inexecução do respectivo contrato/ordem de compra.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 - Critério de Julgamento das Propostas (Das Condições Específicas deste Edital).

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou **percentual de desconto** superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,5% (meio por cento).

5.9 - Será adotado para o envio de lances neste **Pregão Eletrônico nº 430/2026**, o modo de disputa **"aberto e fechado"**.

5.9.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração:

Etapa 1 (Disputa aberta): Dura 15 minutos iniciais.

Etapa 2 (Tempo aleatório): Dura de 0 a 10 minutos, podendo encerrar a qualquer momento sem aviso prévio.

Etapa 3 (Disputa fechada): Dura 5 minutos e é individual e sigilosa.

***Participantes da Etapa 3:** O licitante vencedor e todos que estiverem até 10% acima do menor preço e, caso não haja um mínimo de três propostas, os próximos licitantes são convocados.

5.11 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até 0,10% (um décimo por cento) por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 10 (dez) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

5.11.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto).

5.12.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13 Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), **vedada a identificação do licitante**.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O Critério de julgamento adotado será o menor preço ou maior desconto, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-.

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2h00min. (duas horas) envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

6.3 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que:

6.3.1 apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s) ou desconto menor do que o mínimo exigido;

6.3.2 apresentar preço manifestamente inexequível ou apresentar desconto global manifestamente inexequível, para o lote licitado;

6.3.3 deixar de cotar qualquer um dos itens constantes do Anexo I (Lote 01).

6.3.4 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.6 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de, 2h00min. (duas horas) sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

6.8 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (GMS), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 3 (três) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

11.8 - CADASTRO UNIFICADO DE FORNECEDORES DO ESTADO DO PARANÁ – CAUFPR/GMS

11.8.1 - Nos termos do Decreto Estadual nº 4258/2023, de 30 de novembro de 2023, em especial o contido no § 4.º, do artigo 1.º, a empresa vencedora no certame DEVERÁ SE REGISTRAR NO CAUF/PR, mantendo as condições de habilitação.

11.8.2 - Todos os procedimentos relacionados ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - GMS/CFPR, estão disponíveis no endereço eletrônico www.comprasparana.pr.gov.br reguladas pelo Decreto Estadual nº 4258/2023 e pelo Decreto Estadual nº 10.086/2022.

11.8.3 - A empresa declarada vencedora deverá comprovar o respectivo credenciamento (caso ainda não o tenha feito), no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - GMS/CFPR, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período mediante justificativa fundamentada da empresa e anuência da Administração quanto à concessão de novo prazo, contados a partir da convocação do Pregoeiro.

11.8.4 - Decorrido o prazo disposto no item 11.8.3 acima, e verificado pela Administração a continuidade da pendência, a empresa vencedora decairá do direito à contratação com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus de Marechal Cândido Rondon, sujeitando-se às sanções previstas na legislação vigente.

11.8.5 - Se a empresa vencedora não efetuar o cadastro conforme previsto no item 11.4.1 acima, o Pregoeiro convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade e habilitação.

11.8.6 - Findado o prazo recursal e estando o licitante vencedor devidamente credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - GMS/CFPR, o adjudicado poderá assinar o contrato ou retirar a da nota de empenho.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro é o da Comarca de Marechal Cândido Rondon-PR, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

Marechal Cândido Rondon, 27 de abril de 2026.

Cleide Maria Marsaro Scherer
Pregoeira



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

(Arquivo anexo ao final deste edital)

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 02h00 (duas) horas, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 O licitante poderá solicitar, por meio eletrônico, prorrogação por mais duas horas para envio dos documentos de habilitação, o qual deverá ser justificada.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cédula de Identidade, no caso de pessoa física.
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual.
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal (**Alvará**) ou estadual (**CICAD**), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação;
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedido pela Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (**INSS**), e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, sendo que estas poderão estar atestadas pelos órgãos expedidores.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), instruída pela Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011, a ser requerida via internet pelos sites: www.tst.jus.br; www.csjt.jus.br ou www.trt2.jus.br.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do proponente, com validade de, no máximo, 60 (sessenta) dias, contados a partir de sua emissão, exceto se houver previsão de prazo diferente na própria certidão.

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

- b) Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores), nos termos da Lei Federal nº 9.854/99, de 27/10/99, conforme modelo constante no Anexo V.
- c) Declaração do proponente, de cumprimento ao disposto no Decreto Estadual nº 6.252/06, de 22 de março de 2006 (critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente), conforme modelo constante no Anexo V.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Cadastro na ANP (Agência Nacional do Petróleo);
- b) Licença Ambiental expedida pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP, em vigência no ato da abertura do Processo Licitatório.

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EP P, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 2.474, de 2015).

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.7.2 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.7.3 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.7.4 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.8 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

1.9 O CNPJ informado na proposta comercial deverá ser o mesmo constante dos documentos de habilitação. No caso da licitante possuir filiais, o número do CNPJ, tanto da proposta quanto da documentação, deverá



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 **Pregão Eletrônico** nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

referir-se apenas a uma das filiais ou apenas à matriz (salvo disposição em contrário), sendo que a contratação será realizada com a pessoa jurídica que apresentou a documentação.

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

**ANEXO III
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor/Empresa:		Inscrição Estadual:	
CNPJ/CPF:			
Endereço:			
Bairro:			
CEP:	Cidade:	Estado:	
Telefone:	e-mail:		
Dados do representante:			
Nome:	RG:	CPF:	
Cargo:			
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta para “**Contratação de empresa visando o fornecimento de combustível para abastecimento da frota da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon**”, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 90430/2026** (e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026) e seus anexos.

Lote 01

COMBUSTÍVEL			CUSTO ESTIMADO			
Item	Tipo	Litros	Preço por Litro (*) (R\$)	Valor Total (R\$)	Percentual de Desconto (%)	Total com desconto (R\$)
1	Gasolina Comum GMS: 9102-9174	20.000				
2	Etanol GMS: 9102-9171	5.000				
3	Óleo Diesel S10 GMS: 9102-51033	10.000				
4	Óleo Diesel B-S500 GMS: 9102-20023	7.000				
Total em % de desconto para o Lote 01:						
Total em R\$ após aplicação do % de desconto:						

(*) Valores referentes ao preço médio/mediana constante no Mapa de Preços deste processo.

Total do percentual de desconto para o lote 01 (SOMATÓRIA DOS PERCENTUAIS DE DESCONTO DOS ITENS 01, 02, 03 e 04):

Oferecemos o total de% (.....) de desconto para o Lote 01 desta licitação.

1. A validade da proposta é 90 (noventa) dias.

2. O percentual, que será aplicado sobre o valor de cada item e global total estimado, deverá ser apresentado com no máximo duas casas decimais após a vírgula (0,00%);

3. Os preços unitários referentes aos itens do lote I, deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais após a vírgula (0,00), líquido, deduzidos os descontos, incluídos os impostos, seguros, fretes e todas as demais despesas necessárias para a execução do objeto e deverá ser apresentado;



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

2. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente;

4. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. A empresa deverá observar os percentuais mínimos de desconto para os itens do lote do Anexo I e, sendo que caso os percentuais não sejam obedecidos, a proposta será desclassificada.

Concordamos com todas as condições do Edital.

_____, ____ de _____ de 2026.

Cargo

Nome e Assinatura do representante legal



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 **Pregão Eletrônico** nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome completo:

RG nº :

Órgão Expedidor:

CPF nº:

Cargo/Função:

Endereço Comercial:

Bairro:

Cidade: UF:

CEP:

Fone Comercial: ()

Celular: ()

e-mail:

Local , data, nome, e assinatura do responsável legal



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 **Pregão Eletrônico** nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:....., pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por....., portador da Carteira de Identidade n.º....., CPF n.º....., residente e domiciliado na Rua....., n.º....., Cidade....., Estado....., CEP

OUTORGADO:....., portador da Carteira de Identidade n.º:....., e do CPF n.º:....., residente e domiciliado no(a):....., n.º:....., Cidade:....., Estado:....., CEP:.....

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) **Pregão Eletrônico nº 90430/2026**, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Marechal Cândido Rondon, de de 2026.

OUTORGANTE

e-Protocolo n° 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico n° 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Marechal Cândido Rondon, de de 2026.

Nome do representante legal

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 **Pregão Eletrônico** nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

ANEXO VI

LOCAIS DE ENTREGA

ÓRGÃO/ENTIDADE
Local de Execução do objeto do Contrato: Unioeste/ <i>Campus</i> de Marechal Cândido Rondon.
Responsável: Wagner Luchtenberg – Chefe da Divisão de Transportes
Telefone: (45) 3284-7899
Horário de Funcionamento: 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:30

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 **Pregão Eletrônico** nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

ANEXO VII

MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXXX]

CONTRATANTE: UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Campus de Marechal Cândido Rondon, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 78.680.337/0003-46, situada na Rua Pernambuco, nº 1777, CEP 85.960-000, na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Diretor Geral de *Campus*, Prof., portador da cédula de identidade nº, inscrito no CPF nº

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º, com sede no(a), neste ato representado por **[NOME E QUALIFICAÇÃO]**, inscrito(a) no CPF sob o n.º, portador da carteira de identidade n.º, residente e domiciliado no(a), e-maile telefone.....

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do **Pregão Eletrônico nº 90430/2026 (e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026)** do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

O presente Contrato tem por objeto a **contratação de empresa visando o fornecimento de combustível para abastecimento da frota da UNIOESTE/Campus de Marechal Cândido Rondon**, conforme quantidades e especificações descritas no Termo de Referência do Edital de licitação.

Lote 1	Descrição do objeto	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
Item 1					

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º XXXXXXXX, objeto do processo administrativo n.º XXXXXXXX, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

Os bens deverão ser fornecidos **[ENTREGA ÚNICA OU PARCELADA, COM O APONTAMENTO DAS DATAS, OU CONFORME DEMANDA]**, conforme descrito no Termo de Referência.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

4.2 O valor total do contrato é de R\$ **XXXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO)**.

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE.

5.1 percentual de desconto incidente sobre o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste ou diminuição

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante:

6.3.1 A GESTÃO do contrato derivado do presente certame caberá ao Gestor de Contratos do *Campus* de Marechal Cândido Rondon Sr. Marcio Gilberto Malher, nomeado pela Portaria nº 3365/2025-GRE, de 31 de julho de 2025;

6.3.2 A FISCALIZAÇÃO do contrato derivado do presente certame caberá ao Chefe da Divisão de Segurança e Transporte do *Campus* de Marechal Cândido Rondon, Sr. Wagner Luchtenberg.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 O abastecimento dos veículos deverá ser efetuado diretamente nas bombas de combustível da CONTRATADA em seu autoposto na rua/av, a partir da publicação em diário oficial do contrato, conforme a demanda da CONTRATANTE.

7.1.1 Os pontos de venda designados pela CONTRATADA (para que sejam efetuados os abastecimentos) deverão **estar localizados a uma distância de no máximo 12 (doze) quilômetros (ida e volta), da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon**, situada a Rua Pernambuco, 1777, reiterando que a distância medida considerará o percurso de ida e volta, ou seja, da UNIOESTE para o posto e do posto para a UNIOESTE, através do hodômetro do veículo, obedecendo trajeto normal de menor percurso.

7.2 A CONTRATADA deverá estar devidamente autorizada pelos órgãos fiscalizadores do setor, a executar os fornecimentos objeto deste contrato, devendo manter em seu poder os documentos comprobatórios, que poderão ser consultados a qualquer momento pela CONTRATANTE.

7.3 a CONTRATANTE encaminhará seus veículos oficiais até o posto de abastecimento da CONTRATADA, dentro do horário de funcionamento deste.

7.4 a CONTRATADA fornecerá os produtos mediante a apresentação da “Requisição de Abastecimento de Veículo”, conforme modelo previamente apresentado pela CONTRATANTE, devidamente datada e assinada por servidor responsável da Divisão de Transporte da Unioeste – Campus de Marechal Cândido Rondon-PR.

7.5 É possível o fornecimento de combustível do tipo “aditivado” ou “especial”. No entanto, este não poderá em hipótese alguma, ser fornecido com preço acima ao do combustível comum.

7.6 A qualidade dos combustíveis fornecido pelos postos de revenda é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, ficando a seu encargo o controle e a fiscalização seguindo as exigências legais e as especificações técnicas da Agência Nacional de Petróleo -ANP;

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 **Pregão Eletrônico** nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

7.7 Todos os itens a serem adquiridos deverão possuir garantia de qualidade, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor e demais normas aplicáveis.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Mal. Cândido Rondon

Dotação Orçamentária: 45.34.12.364.34.8128

Fonte de Recursos: 500/501/703/759;

Elemento de Despesa: 3390.3001

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da publicação em diário oficial do Estado, com previsão, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, da disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro, conforme o disposto no art. 105 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (GMS), conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato;

10.1.11 apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

10.1.12. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

10.3 São responsabilidades do Contratado:

10.3.1 Ao vencedor da licitação cabe total responsabilidade quanto ao correto atendimento, no tocante às especificações, condições e obrigações no fornecimento de combustível para abastecimento da frota da UNIOESTE – *Campus* de Marechal Cândido Rondon, não cabendo em hipótese alguma, recusa por parte deste em relação à prestação dos abastecimentos contratados, sob pena das sanções previstas em edital. Caberá ainda à empresa contratada realizar o fornecimento dos combustíveis minimamente no horário de 06:30 às 20:30, todos os dias da semana.

10.3.2 - Executar o fornecimento de combustível para abastecimento da frota da UNIOESTE – *Campus* de Marechal Cândido Rondon, compreendendo os seguintes itens abaixo:

10.3.2.1 - Responsabilizar-se por qualquer dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE, oriundo de mau uso de equipamentos, materiais e/ou instalações;

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

10.3.2.2 - Emitir os documentos fiscais contra a CONTRATANTE, nos valores dos abastecimentos prestados no mês a que disser respeito, de acordo com o estabelecido no contrato de execução;

10.3.2.3 - Para a execução dos abastecimentos objeto desta licitação, já deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, representando a compensação integral para todos os custos, como: mão-de-obra, encargos sociais, despesas, taxas, lucro, impostos e eventuais gastos necessários à completa execução dos abastecimentos, inclusive equipamentos;

10.3.2.4 - Assumir, quando da assinatura do contrato de execução de fornecimento de combustíveis, o compromisso de saldar por sua conta e risco, toda e qualquer indenização ou multa incidente pela execução dos abastecimentos. A CONTRATADA deverá ainda, exclusivamente responder judicialmente por ações legais que porventura venham a envolver seus funcionários, em qualquer Foro do Estado ou País, enquanto perdurar a vigência do contrato;

10.3.2.5 - Executar com pessoal necessário e qualificado, durante o tempo que perdurar o contrato, as tarefas descritas no Anexo I (Lote 01) deste edital de licitação, procedendo às suas expensas, nas datas legalmente estabelecidas e nas repartições competentes, o recolhimento das contribuições sociais, trabalhistas, previdenciárias, encargos sociais, impostos municipais, estaduais e federais, advindos desta licitação, conforme legislação vigente;

10.3.2.6 - Efetuar os pagamentos aos funcionários que desenvolverem os abastecimentos, por consequência desta licitação, os proventos dos trabalhos devidos como: ordenados, férias, décimo terceiro salário, adicional de férias, horas extras, vale-transporte, vale-alimentação e tudo o mais prescrito em lei, além de quaisquer gastos efetuados por estes relativos à execução dos abastecimentos;

10.3.2.7 - Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou à terceiros, quando resultantes de ação, omissão, negligência, imprudência ou imperícia de seus funcionários na execução dos abastecimentos contratados.

10.3.3 - A proponente deverá estar devidamente autorizada pelos órgãos fiscalizadores do setor, a executar os fornecimentos objeto desta licitação, devendo manter em seu poder os documentos comprobatórios, que poderão ser consultados a qualquer momento pela UNIOESTE.

10.3.4 - A empresa contratada compromete-se a executar os fornecimentos objeto da presente licitação nas datas e condições solicitadas pela Contratante, não cabendo em hipótese alguma recusa ou mudanças por parte da contratada, quanto ao abastecimento solicitado.

10.3.5 - Ao vencedor da licitação cabe total responsabilidade quanto à correta execução dos abastecimentos, no tocante as especificações, condições e obrigações.

10.3.6 - Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e a execução efetuada, serão aplicados ao fornecedor sanções previstas neste edital e na legislação vigente, devendo os abastecimentos serem imediatamente executados.

10.3 São reponsabilidades do Contratante:

10.3.1 - Cumprir as exigências legais a esta pertinentes, relativas aos abastecimentos contratados, objeto desta licitação.

10.3.2 - Prestar os esclarecimentos necessários à contratada, visando o bom desempenho das atividades oriundas da execução dos abastecimentos.

10.3.3 - Responsabilizar-se, em conjunto com a CONTRATADA, pela fiscalização e avaliação de todos os abastecimentos executados por esta.

10.3.4 - Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, pelos fornecimentos por esta executados, conforme prazos e condições descritos no item 11, do presente Termo de Referência.

10.3.5 - Cumprir as normas de segurança relativas a esta, pertinentes ao objeto contratado.

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 Os pagamentos serão efetuados mensalmente pela Contratante, em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal pelo responsável do setor solicitante, com relação às importâncias constantes destes e relativos aos abastecimentos efetuados no período. As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon, CNPJ 78.680.337/0003-46, Rua Pernambuco, 1777, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.1.1 Juntamente com a Nota Fiscal a Contratada deverá ser entregue o Certificado de Regularidade Fiscal – CRF emitido pelo GMS do Estado do Paraná, conforme artigo 10º, Parágrafo 1º do Decreto Estadual nº 4258, de 30 de novembro de 2023, e do artigo 373 do Decreto 10.086, 17 de janeiro de 2022, sob pena de não o fazendo, estar impossibilitada de receber o pagamento devido. Todos os procedimentos relacionados ao Cadastro de Fornecedores do Estado do Paraná – CFPR estão disponíveis no endereço eletrônico www.comprasparana.pr.gov.br.

11.1.2 Os Pagamentos serão efetuados após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 O(s) documento(s) fiscal(is) deverá(ão) ser emitido(s) tendo como base o **preço médio** por litro constante na Planilha de Levantamento de Preços da Agência Nacional do Petróleo – ANP, referente ao município de Marechal Cândido Rondon-PR, vigente na data de sua emissão, deduzido o percentual de desconto decorrente do presente procedimento licitatório.

11.3 O(s) documento(s) fiscal(is) referente(s) ao(s) objeto(s) fornecido(s), deverá(ão) ser obrigatoriamente da(s) empresa(s) contratada(s) mediante a licitação realizada. Não serão efetuados, sob nenhuma hipótese, pagamentos parciais ou totais diretamente a nenhuma outra empresa que não seja(m) a(s) empresa(s) vencedora(s) deste certame licitatório, para o cumprimento do objeto constante neste termo de Referência.

11.4 Havendo erros nos documentos fiscais, ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, os mesmos ficarão pendentes e os pagamentos suspensos, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a Contratante, inclusive sem prejuízo ou suspensão da execução dos abastecimentos.

11.4.1 O CNPJ constante dos documentos fiscais deverá ser o mesmo já constante do contrato, bem como todos os campos deverão ser preenchidos corretamente e sem rasuras, sob pena de não serem efetuados os pagamentos;

11.4.2 Os documentos fiscais deverão obrigatoriamente, apresentar o mês da prestação dos abastecimentos, valor total dos pagamentos pretendidos, e declararem a integralidade dos fornecimentos prestados;

11.4.3 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.4.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal

11.4.5 Nos casos de serem constatadas irregularidades nos documentos fiscais ou na documentação apresentada, a contratante deverá formalizar expediente com os fundamentos da devolução dos documentos eivados de erros à contratada, para as devidas correções;

11.4.6 Ocorrendo a hipótese acima, o prazo de pagamento será automaticamente postergado, considerando-se novo prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a solução das respectivas pendências.

11.5 -Os pagamentos decorrentes da execução do objeto da presente licitação serão efetuados à conta dos recursos da dotação orçamentária nº 45.34.12.364.34.8128, Rubrica 3390.3001, nas fontes:

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

500/501/703/759, para o Lote 01, do Anexo I.

11.6 Não serão aceitos documentos e/ou notas fiscais de quaisquer outras despesas que não as constantes do Anexo I (Lote 01) deste edital. Caberá ainda à(s) empresa(s) contratada(s), na emissão da(s) nota(s) fiscal(is), observar que a partir de 01/12/2010, conforme Protocolo ICMS nº 42/2009 e NPF n.º 095/2009, é obrigatório a emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), em substituição aos modelos 1 e 1A.

11.7 - Solicitamos a discriminação no corpo da(s) nota(s) fiscal(is) dos impostos IR, INSS, ISSQN, CSLL, PIS/PASEP e COFINS a serem retidos na fonte, percentuais e valores.

11.7.1 - Se a empresa está dispensada das retenções, esta deverá discriminar no corpo da(s) nota(s) fiscal(is) a lei e o artigo a que se refere a isenção, e emitir declaração; caso contrário, os valores dos impostos serão retidos.

11.8 Considerando o Decreto Estadual nº 4.505/16, de 06 de julho de 2016, os empenhos efetuados com recursos do Tesouro, só poderão ter seus pagamentos efetivados em favor da contratada, por meio de depósito bancário em conta corrente ativa no Banco do Brasil.

11.9 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 11.1.2.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

12. DO LOCAL PARA FORNECIMENTO

12.1 O fornecimento dos combustíveis deverá ser efetuado diretamente nas bombas instaladas no(s) autoposto(s), no(s) endereço(s) fornecido(s), conforme exigido no Anexo I (Especificação do Objeto), do Edital Licitatório, de acordo com as necessidades da UNIOESTE – *Campus* de Marechal Cândido Rondon, e mediante requisição própria.

12.1.1 O abastecimento da frota de veículos pertencentes da Unioeste - Campus de Marechal Cândido Rondon deverá ser efetuado nos postos de revenda de combustíveis da empresa Contratada e possuir a licença do Município para tender as demandas, a distância da sede até a empresa contratada deverá estar localizada no máximo 12 (doze) quilômetros (ida e volta).

12.2 Os combustíveis, objetos desta licitação, deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo, conforme legislação em vigor.

12.3 Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas no Edital, ou ainda não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à CONTRATADA, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a realizar os abastecimentos novamente, de maneira imediata.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pela razão abaixo justificada:

13.1.1 Por ser um compra de material de consumo de bem comum, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

14.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

14.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

14.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

14.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

14.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

14.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

14.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

15. CASOS DE EXTINÇÃO:

15.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

15.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

15.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

15.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

16.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 Pregão Eletrônico nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3 Não será admitida a subcontratação do fornecimento

16.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

16.5 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

13.1 Quanto ao tratamento dos dados pessoais, as partes se comprometem a proteger os respectivos direitos fundamentais da liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, inclusive nos meios digitais. Com fundamento na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), os referidos dados pessoais submetidos neste instrumento contratual, interesses legítimos, específicos, explícitos, no que couber, devem ser previamente informados ao titular, previstas nas hipóteses dos art. 7º, art. 11 e/ou art.14 da Lei 13.709/2018.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

18.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca de Marechal Cândido Rondon – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Marechal Cândido Rondon, de maio de 2026.

CONTRATANTE
Prof. Emerson Fey
Diretor Geral de Campus
Portaria nº 004/2024-GRE

CONTRATADA

Testemunhas:

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 **Pregão Eletrônico** nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 90430/2026, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Marechal Cândido Rondon, de de 2026.

Representante Legal

e-Protocolo nº 25.562.333-8/2026 **Pregão Eletrônico** nº 430/2026-GMS e 90430/2026-Compras.gov

ANEXO IX

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Marechal Cândido Rondon, de de 2026.

Representante Legal

TERMO DE REFERÊNCIA

BENS COMUNS/SERVIÇOS, LEI Nº 14.133/2021.

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis destinados ao abastecimento da frota de veículos oficiais do Campus de Marechal Cândido Rondon da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 01

Item	Descrição	Unid. Medida	Qtd. Estimada	Valor Unitário	Valor Total Estimado	Desconto Mínimo
1	Combustível, TIPO: Gasolina Comum, UNID. DE MEDIDA: Litro Cód. GMS: 9102-9174	Litro	20.000	R\$ 6,40	R\$ 128.000,00	1%
2	Combustível, Etanol (Álcool Etílico hidratado), USO: Automotivo, UNID. DE MEDIDA: Litro Cód. GMS: 9102-9171	Litro	5.000	R\$ 4,48	R\$ 22.400,00	1%
3	Combustível, TIPO: Óleo Diesel S-10 (10 ppm de enxofre), USO: Automotivo, UNID. DE MEDIDA: Litro Cód. GMS: 9102-51033	Litro	10.000	R\$ 6,51	R\$ 65.100,00	1%
4	Combustível, TIPO: Óleo Diesel B-S500 (Com adição de biodiesel), USO: Automotivo, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Carga de 5.000 litros, UNID. DE MEDIDA: Litro Cód. GMS: 9102-20023	Litro	7.000	R\$ 6,36	R\$ 44.520,00	1%
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 260.020,00	

- 1.2. A contratação visa garantir o abastecimento regular da frota institucional, assegurando a continuidade das atividades administrativas, acadêmicas e operacionais desenvolvidas pelo Campus.
- 1.3. O objeto desta contratação trata-se de bem comum, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, não se enquadrando como bem de luxo.
- 1.4. **Quantidade Estimada da Contratação**
- 1.4.1. Os quantitativos indicados na Tabela 1 foram definidos com base nos registros de abastecimento realizados nos últimos 12 meses. O estudo incluiu a análise detalhada do consumo médio por veículo e equipamento, levando em conta a frequência de uso e na projeção de utilização dos veículos durante o período de vigência da contratação.
- 1.4.2. A estimativa de consumo para o ano de 2026/2027 é meramente referencial e representa apenas uma projeção, podendo variar conforme os períodos de plenas atividades da Instituição, e não representa garantia de aquisição total ou parcial, ou ainda obrigatoriedade de pagamento por parte da Unioeste – Campus de Marechal Cândido Rondon, sendo que as aquisições serão solicitadas na medida da necessidade da Contratante.
- 1.5. **Especificações Técnicas**
- 1.5.1. O fornecimento compreenderá gasolina comum, etanol hidratado combustível, óleo diesel S-10 e óleo diesel comum (B-S500), devendo atender integralmente às especificações técnicas e aos padrões de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, bem como às normas técnicas e regulamentações aplicáveis. Os combustíveis deverão ser fornecidos

diretamente na bomba de abastecimento do estabelecimento contratado, mediante solicitação da Administração.

- 1.5.2. É possível o fornecimento de combustível do tipo “aditivado” ou “especial”. No entanto, este não poderá em hipótese alguma, ser fornecido com preço acima ao do combustível comum.

1.6. **Prazo de Vigência Contratual e Prorrogação**

- 1.6.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.7. **Crítérios de Reajuste**

- 1.7.1. Os preços poderão ser revistos para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando as variações de mercado dos combustíveis, mediante comprovação por meio de pesquisa de preços ou índices oficiais divulgados por órgãos competentes.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir o abastecimento contínuo da frota de veículos oficiais do Campus de Marechal Cândido Rondon, utilizada no apoio às atividades administrativas, acadêmicas e operacionais da instituição.
- 2.2. Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, o fornecimento regular de combustíveis é condição indispensável para assegurar a mobilidade institucional, permitindo o deslocamento de servidores, transporte de materiais, realização de visitas técnicas e execução de atividades vinculadas ao ensino, pesquisa e extensão.
- 2.3. A contratação de posto de combustível localizado no município justifica-se pela necessidade de abastecimento imediato da frota institucional, evitando deslocamentos adicionais que gerariam custos e comprometeriam a eficiência administrativa.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de combustíveis, mediante abastecimento direto da frota institucional, em posto de combustível localizado no município de Marechal Cândido Rondon, **observadas as condições de localização que assegurem a eficiência operacional**, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar.
- 3.2. O abastecimento será realizado de forma parcelada e conforme a necessidade da Administração, mediante identificação do veículo e registro do volume abastecido.
- 3.3. A solução adotada permite o pagamento conforme o consumo efetivamente realizado, dispensando a necessidade de implantação e manutenção de infraestrutura própria de armazenamento de combustíveis.
- 3.4. Nesse contexto, a solução apresenta viabilidade técnica, operacional e econômica, proporcionando maior eficiência administrativa e adequada relação custo-benefício para atendimento da demanda institucional.

4. DO PARCELAMENTO DO OBJETO

- 4.1. A contratação não será parcelada, uma vez que a centralização do fornecimento em um único fornecedor contribui para maior eficiência da execução do objeto, bem como evita fracionamento da contratação que possa comprometer a padronização dos procedimentos de abastecimento e dificultar o controle e a fiscalização contratual.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. A prestação dos serviços deverá atender **somente** os veículos da frota oficial da Unioeste - Campus de Marechal Cândido Rondon.
- 5.2. A empresa contratada deverá estar localizada em um raio de distância rodoviária de, no máximo, **6 (seis) quilômetros** da sede do Campus, situada à Rua Pernambuco, nº 1777 – Centro, Marechal Cândido Rondon/PR – CEP 85.960-128, de modo a garantir a economicidade e a eficiência operacional, evitando deslocamentos desnecessários da frota.
- 5.3. A contratada deverá estar licenciada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), atendendo a todas as normas técnicas e regulamentações aplicáveis.
- 5.4. A contratada deverá manter estrutura adequada para o abastecimento de veículos de diferentes portes, incluindo máquinas pesadas e equipamentos transportados em pranchas e assegurar o fornecimento dos combustíveis conforme a demanda da Administração.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1. A execução contratual ocorrerá sob o regime de empreitada por preço unitário.
- 6.2. O abastecimento dos veículos deverá ser realizado diretamente nas instalações da contratada, mediante requisição física ou sistema informatizado adotado pela Administração, devendo a contratada conferir a identificação do veículo, exigir a identificação do motorista e recusar solicitações irregulares.
- 6.3. A contratada deverá disponibilizar sistema de controle, preferencialmente eletrônico, ou outro meio idôneo que assegure rastreabilidade e permita o acompanhamento detalhado dos abastecimentos, bem como a disponibilização de relatórios periódicos contendo informações como data, horário, identificação do veículo, motorista, tipo de combustível e quantidade abastecida.
- 6.4. O valor a ser pago pelo fornecimento de combustíveis será calculado com base no preço médio da **Tabela SEFA/PR** vigente na data do efetivo abastecimento, deduzindo-se o percentual de desconto adjudicado no certame. Caso a referida tabela deixe de ser publicada ou apresente lacuna para o município de referência, será utilizada subsidiariamente a tabela da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), ou outro índice oficial que venha a substituí-la.
- 6.5. Compete à contratada garantir o fornecimento contínuo dos combustíveis especificados, observando os padrões de qualidade estabelecidos pela ANP, bem como manter suas instalações, equipamentos e sistemas de abastecimento em condições adequadas de funcionamento, de modo a assegurar a regularidade, segurança e eficiência do serviço prestado.
- 6.6. Caso seja identificada não conformidade na execução, a contratada deverá adotar as providências necessárias para correção da situação e responder pelos eventuais prejuízos decorrentes do fornecimento inadequado.
- 6.7. Compete ao contratante acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando a conformidade dos abastecimentos realizados, registrando as quantidades fornecidas e adotando as providências necessárias para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, inclusive no que se refere à medição, liquidação e pagamento das despesas decorrentes da contratação.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato, ou documento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021.

- 7.2. Fica designado como gestor do contrato o servidor Marcio Gilberto Malher, assessor executivo do Campus de Marechal Cândido Rondon; e, como fiscal do contrato, o servidor Wagner Luchtenberg, chefe da Divisão de Segurança e Transporte do Campus de Marechal Cândido Rondon.
- 7.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.
- 7.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.6. Após a assinatura do contrato, o órgão poderá convocar representante da contratada para reunião inicial, a fim de apresentar o plano de fiscalização com obrigações, estratégias de execução, métodos de aferição e sanções aplicáveis.
- 7.7. **Compete ao fiscal do contrato:**
- 7.7.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual;
- 7.7.2. Verificar se os itens que compõem o objeto atendem às especificações técnicas, quantitativos e padrões de qualidade definidos neste Termo de Referência;
- 7.7.3. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- 7.7.4. Solicitar esclarecimentos e providências à contratada sempre que verificada qualquer inconsistência, falha ou descumprimento das obrigações contratuais;
- 7.7.5. Registrar ocorrências relacionadas à execução do objeto, bem como as medidas adotadas para sua regularização;
- 7.7.6. Manter registro das atividades de fiscalização realizadas, de modo a subsidiar a gestão contratual e eventuais procedimentos de controle interno ou externo;
- 7.7.7. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 7.8. **Compete ao gestor do contrato:**
- 7.8.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, registrando ordens de serviço, ocorrências, alterações e prorrogações, elaborando relatório para verificação de adequações necessárias ao atendimento da finalidade da Administração;
- 7.8.2. Acompanhar os registros dos fiscais, informando à autoridade superior ocorrências que ultrapassem sua competência e as medidas adotada;
- 7.8.3. Monitorar a manutenção das condições de habilitação da contratada para empenho e pagamento;
- 7.8.4. Emitir documento comprobatório da avaliação dos fiscais sobre o cumprimento das obrigações da contratada, incluindo desempenho, indicadores aferidos e penalidades aplicadas, registrando no cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- 7.8.5. Providenciar a formalização de processo administrativo para aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão prevista no art. 158 da Lei nº 14.133/2021 ou pelo agente competente, conforme o caso;

- 7.8.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos da contratação e eventuais recomendações para aprimoramento das atividades da Administração.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da legislação vigente.
- 8.2. O critério de julgamento será o de **maior percentual de desconto sobre o lote**, aplicado aos preços médios constantes na Tabela da SEFA/PR para o município de Marechal Cândido Rondon, sendo desclassificadas as propostas que apresentarem percentual inferior a **4% (quatro por cento) por lote**.
- 8.3. Será considerada vencedora a proposta que apresentar o maior percentual de desconto, observadas as condições de habilitação e demais exigências estabelecidas neste TR e no instrumento convocatório.
- 8.4. Em caso de empate, será assegurada a aplicação dos critérios de desempate previstos na legislação vigente, especialmente aqueles estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006, em favor das microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos dos arts. 44 e 45.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Considerando a elevada volatilidade dos preços dos combustíveis, caracterizada por variações frequentes no mercado varejista, não foi realizada pesquisa direta de preços junto a fornecedores, uma vez que cotações pontuais podem não refletir adequadamente os valores praticados durante a execução contratual.
- 9.2. A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, com base na utilização combinada de múltiplos parâmetros de referência, incluindo:
- I. o Preço Médio ao Consumidor (PMC) divulgado pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná (Tabela SEFA), priorizando séries históricas recentes;
 - II. os dados de preços médios de combustíveis divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), utilizados como parâmetro complementar de validação dos valores obtidos;
 - III. consultas a bancos de preços públicos, quando aplicável, como elemento subsidiário de verificação.
- 9.3. Para fins de definição do valor estimado, adotou-se como parâmetro principal o Preço Médio ao Consumidor (PMC) divulgado pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná para o município de Marechal Cândido Rondon, calculado a partir da média dos preços médios semanais referentes ao período de 01/03/2026 a 28/03/2026, de modo a refletir o comportamento recente do mercado e mitigar distorções decorrentes de variações pontuais, sendo os dados da ANP, obtidos a partir de levantamento realizado no município de Toledo/PR, utilizados para fins de validação da consistência dos valores apurados.
- 9.4. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 260.020,00 (duzentos e sessenta mil e vinte reais)**, conforme custos unitários constantes da tabela do item 1.1.
- 9.5. O valor estimado da contratação possui caráter meramente referencial, uma vez que os pagamentos, durante a execução contratual, serão realizados com base no preço médio divulgado pela SEFA vigente na data do abastecimento, aplicado o percentual de desconto ofertado pela contratada.

10. PROPOSTA DE PREÇOS

- 10.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de maior desconto percentual, incidente sobre os preços médios de revenda dos combustíveis divulgados pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná

(SEFA), para o município de referência indicado neste Termo de Referência, sendo **desclassificadas** as propostas que apresentarem percentual de desconto inferior a 1% (um por cento).

- 10.2. As propostas deverão indicar o percentual de desconto (%) a ser aplicado sobre os preços de referência mencionados no item anterior, considerando todos os custos necessários ao fornecimento do objeto, inclusive despesas operacionais, encargos fiscais, trabalhistas, comerciais e demais custos inerentes à execução contratual.
- 10.3. O valor a ser pago por litro corresponderá ao preço médio de revenda divulgado pela SEFA para o município de referência, vigente na data do abastecimento, deduzido do percentual de desconto ofertado pela contratada, o qual permanecerá fixo e irrevogável durante a vigência do contrato.
- 10.4. Para fins de aplicação do desconto, será considerado o preço médio de revenda vigente na data do abastecimento, conforme atualização periódica divulgada pela SEFA.
- 10.5. Serão consideradas inexequíveis as propostas que apresentarem percentual de desconto manifestamente elevado em relação às condições de mercado, podendo a Administração, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, solicitar a comprovação da viabilidade da proposta, mediante apresentação de documentos que demonstrem a exequibilidade do desconto ofertado.
- 10.5.1. A comprovação da exequibilidade poderá ser realizada por meio de documentos que evidenciem a estrutura de custos da proponente, tais como notas fiscais de aquisição, contratos com fornecedores, margens de comercialização ou outros elementos que justifiquem o desconto ofertado, inclusive mediante diligência.
- 10.5.2. Caso a proponente não comprove a exequibilidade de sua proposta, esta será desclassificada.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Mal. Cândido Rondon

Unidade Orçamentaria: 4534

Fonte de Recursos: 500/501/703/759

Programa de Trabalho: F.12.364.34.8128 - Gestão das Atividades Universitárias Unioeste

Elemento de Despesa: 3390.3001

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 12.1. **Medição do Objeto**
 - 12.1.1. A avaliação da execução do objeto dar-se-á com base na verificação da prestação efetiva dos serviços solicitados, levando em consideração a conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e no documento de solicitação formal.
 - 12.1.2. A aferição do fornecimento será realizada por litro, considerando a quantidade efetivamente abastecida, conforme registro nas bombas medidoras do estabelecimento contratado, que deverão estar devidamente aferidas e lacradas, nos termos das normas do INMETRO.
 - 12.1.3. A cada abastecimento, a contratada deverá emitir comprovante (ticket ou requisição) contendo, no mínimo: identificação do veículo, data e hora, tipo de combustível, quantidade em litros, quilometragem, preço unitário (bomba e com desconto) e identificação do condutor.
 - 12.1.4. A medição para fins de faturamento será mensal, correspondente ao somatório dos abastecimentos realizados no período.

- 12.1.5. O valor unitário considerado será o preço médio constante na Tabela SEFA/PR vigente na data do abastecimento, deduzido do percentual de desconto contratado, prevalecendo esse referencial em caso de divergência com o valor registrado no comprovante.
- 12.1.6. Para conferência, a contratada deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, relatório consolidado dos abastecimentos, permitindo o cruzamento com os registros da Administração.
- 12.1.7. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

- I. não produziu os resultados acordados;
- II. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- III. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.2. **Liquidação da Despesa**

- 12.2.1. A liquidação da despesa observará o art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e será realizada mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, acompanhada de relatório consolidado dos abastecimentos, comprovantes de abastecimento e verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.
- 12.2.2. O fiscal do contrato verificará a correta aplicação do desconto sobre os preços da Tabela SEFA/PR vigentes em cada abastecimento.
- 12.2.3. Havendo erro na documentação ou qualquer impedimento à liquidação, o pagamento ficará sobrestado até a regularização, sem ônus para a Administração.
- 12.2.4. Constatada irregularidade no GMS/CAUFPR, a contratada será notificada para regularização ou apresentação de defesa em até 5 (cinco) dias úteis, admitida prorrogação por igual período.
- 12.2.5. Não sanada a irregularidade, o contratante comunicará os órgãos competentes e poderá adotar medidas para rescisão contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da realização dos pagamentos pelos serviços efetivamente prestados até decisão final.

12.3. **Pagamento**

- 12.3.1. O pagamento será efetuado mensalmente, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da liquidação da despesa.
- 12.3.2. A Administração poderá descontar do pagamento eventuais multas contratuais aplicadas em virtude de irregularidades na execução do objeto.
- 12.3.3. Para fins de pagamento, será verificada a manutenção das condições de habilitação, devendo eventuais pendências ser regularizadas no prazo de até 15 (quinze) dias.
- 12.3.4. Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, e os pagamentos observarão a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.3.5. Nos casos de atraso de pagamento não imputável à contratada, será devida compensação financeira à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, proporcional aos dias de atraso, aplicada conforme a seguinte fórmula:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

13.1. **Habilitação Jurídica**

- 13.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente com validade em todo o território nacional.
- 13.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da Junta Comercial da respectiva sede.
- 13.1.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja autenticidade será verificada no sítio eletrônico oficial do Governo Federal.
- 13.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- 13.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 13.1.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde estiver localizada a filial, agência, sucursal ou estabelecimento.
- 13.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo no registro competente, com averbação no registro da sede da matriz.
- 13.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social aprovados em assembleia, devidamente registrados na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro previsto na Lei nº 5.764/1971.
- 13.1.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio arquivado no registro competente ou compromisso de constituição subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder responsável pela representação perante a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 13.1.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.
- 13.1.11. Documentos de identificação dos responsáveis: RG e CPF dos administradores ou sócios com poderes de gestão e, quando aplicável, procuração para representação da empresa no certame.

13.2. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

- 13.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.
- 13.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativa aos tributos federais, à Dívida Ativa da União e às contribuições previdenciárias.
- 13.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 13.2.4. Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz.
- 13.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou certidão positiva com efeito de negativa.
- 13.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

- 13.2.7. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 13.2.8. Caso o fornecedor seja isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda competente ou documento equivalente.
- 13.2.9. O microempreendedor individual que pretenda usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 ficará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

13.3. Qualificação Econômico-Financeira

- 13.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, quando se tratar de pessoa física ou sociedade simples, desde que admitida sua participação no certame.
- 13.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 13.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), apurados pelas seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 13.3.4. Caso a empresa apresente resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices referidos, será exigido patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% do valor estimado da contratação.

13.4. Qualificação Técnica

- 13.4.1. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições necessárias ao cumprimento das obrigações objeto da contratação.
- 13.4.2. A declaração poderá ser substituída por declaração formal do responsável técnico do interessado atestando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.
- 13.4.3. Sociedades empresárias estrangeiras deverão atender à exigência mediante apresentação de solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil, no momento da assinatura do contrato.
- 13.4.4. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens ou prestação de serviços similares ao objeto da contratação, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou por conselho profissional competente, quando aplicável.
- 13.4.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 13.4.6. O fornecedor deverá disponibilizar, quando solicitado pela Administração, as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, incluindo cópia do contrato correspondente e dados da contratante.

13.5. Credenciamento no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – GMS/CAUFPR

- 13.5.1. Os procedimentos para credenciamento encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.comprasparana.pr.gov.br, conforme regulamentação estabelecida pelo Decreto Estadual nº 10.086/2022 e pelo Decreto Estadual nº 4.258/2023.

- 13.5.2. A empresa classificada em primeiro lugar que ainda não estiver credenciada deverá realizar seu cadastro no GMS/CAUFPR e apresentar a documentação completa e válida no sistema no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contado da convocação pela Administração.
- 13.5.3. O não atendimento ao disposto no item anterior implicará a **perda do direito à contratação**, podendo a Administração convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.
- 13.5.4. Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante com a indicação do nome empresarial e do CNPJ da matriz ou da filial, observadas as regras aplicáveis quando a proposta for apresentada pela matriz e o fornecimento realizado por filial.

14. MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 14.1. Nos termos do art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da LC nº 147/2014, esta licitação será **exclusiva** à participação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), por se tratar de contratação inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- 14.2. As empresas participantes deverão comprovar sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte no momento da licitação, observadas as exigências legais aplicáveis.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 15.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

16. SUSTENTABILIDADE

- 16.1. A contratação observará os princípios e critérios de sustentabilidade previstos na legislação aplicável, especialmente quanto à prevenção de impactos ambientais relacionados às atividades de armazenamento e comercialização de combustíveis.
- 16.2. A contratada deverá manter suas instalações e equipamentos em conformidade com as normas técnicas e ambientais vigentes, adotando medidas preventivas contra vazamentos e contaminação do solo e de recursos hídricos, incluindo a adequada manutenção de tanques, bombas e sistemas de abastecimento.
- 16.3. Deverá, ainda, assegurar a gestão ambientalmente adequada de resíduos e efluentes gerados em suas atividades, em conformidade com a legislação aplicável, especialmente a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e as normas dos órgãos ambientais competentes.
- 16.4. A contratada deverá observar as normas aplicáveis ao controle de emissões atmosféricas, adotando medidas para redução de vapores e poluentes decorrentes das atividades de armazenamento e abastecimento de combustíveis, conforme regulamentação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).
- 16.5. Deverá possuir plano de resposta a emergências, contemplando ações para situações de vazamento, derramamento ou outros acidentes ambientais, de modo a garantir resposta rápida e mitigação de danos.
- 16.6. A contratada deverá possuir autorização de funcionamento expedida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), bem como as licenças ambientais necessárias ao exercício da atividade, emitidas pelo órgão competente.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. O licitante e o contratado que incorrem em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, sem

prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

- 17.2. O descumprimento injustificado das condições de execução, prazos ou especificações técnicas poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência, sem prejuízo da reparação de eventuais danos causados à Administração.

18. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

- 18.1. Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 10.086/2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Marechal Cândido Rondon - PR, 31 de março de 2026

Roges Patric Dalberto
Administrador – Divisão de Compras

Documento: **7.TRCombustiveis.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Roges Patric Dalberto (XXX.431.359-XX)** em 06/04/2026 16:25 Local: UNIOESTE/M32.

Inserido ao protocolo **25.562.333-8** por: **Roges Patric Dalberto** em: 06/04/2026 16:24.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: